

Classe: 436

Assunto(s): _____

REQUERENTE: _____, nacionalidade: _____, estado civil: _____, profissão: _____, filiação: _____, portador (a) da Carteira de Identidade/CNH nº: _____, órgão expedidor: _____, data da expedição: _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado (a) na _____, Cidade: _____, CEP: _____, telefone(s): _____, vem, à presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DECLARATÓRIA

contra a parte **REQUERIDA:** _____, inscrito (a) no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, Cidade: _____, CEP: _____, telefone(s): _____, em decorrência dos fatos a seguir aduzidos:

DOS FATOS

Em _____, a parte requerente firmou com a parte requerida um contrato de prestação de serviços de telefonia (_____) móvel/ (_____) fixa vinculado à(s) linha(s) de nº _____, onde paga mensalmente o valor aproximado de R\$ _____, referente ao plano denominado _____, que abarca _____.

A obrigação da parte autora era o pagamento das faturas de acordo com a disponibilidade dos serviços contratados. Em contrapartida, a obrigação da parte

requerida era disponibilizar os seus serviços de forma perfeita e eficiente, respondendo pelos danos experimentados pela parte requerente em decorrência de uma falha na prestação de seus serviços.

() Ocorre que a parte requerida descumpriu o contratado entre as partes, uma vez que a parte requerida .

() Ocorre que a parte requerida descumpriu o contratado entre as partes, uma vez que a parte requerida unilateralmente incluiu os serviços de , que não foram contratados pela parte autora.

() Ocorre que a parte requerida procedeu () ao bloqueio/ () ao cancelamento da(s) linha(s) de nº(s) , indevidamente, uma vez que a parte requerente encontra-se quite(s) com suas obrigações contratuais, pois as faturas vencíveis até a data de estão devidamente pagas.

() A parte requerida ofertou uma alteração de plano ao requerente, que segundo a empresa seria mais vantajoso para a parte requerente, após analisar o seu perfil de gastos mensais. Diante disso, a parte requerente aderiu ao plano , porém, a partir da(s) fatura(s) vencível (is) em , restou comprovado que os valores constantes nas faturas aumentaram de forma assustadora, pois a média de consumo da parte autora ficava por volta de R\$, configurando assim uma propaganda enganosa.

Em virtude dessas cobranças, a parte autora **não pagou** a(s) fatura(s) vencível (is) em , no valor total de R\$, por constar valores cobrados indevidamente pela requerida.

Segue a planilha que discrimina a(s) cobrança(s) indevida(s) **não paga(s)**:

Vencimento	Valor da fatura	Valor cobrado indevidamente	Fundamentação da cobrança indevida

Diante disso, a parte requerente entrou em contato com a parte requerida por vez (es), em , conforme protocolo(s) de nº(s) , e obteve a seguinte resposta: .

Por restar infrutífero qualquer acordo amigável, propõe a parte requerente a presente ação.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) que a parte requerida seja citada da presente ação e intimada para comparecer pessoalmente à audiência de conciliação, a ser designada no ato da distribuição, sendo que o não comparecimento importará a pena de revelia;

- A procedência da presente ação para:

b) declarar inexistente o valor de R\$, referente à (s) fatura (s) vencível (is) , bem como de quaisquer outros valores que possam surgir até a decisão final. Caso a parte requerente pague quaisquer desses valores indevidos no transcorrer da demanda, seja ressarcida em dobro;

c) decretar a rescisão contratual do , sem ônus para a parte requerente;

d) condenar a parte requerida a cumprir a íntegra do plano ofertado, referente à , sob pena de, a cada cobrança indevida ou serviço não prestado, incorrer em uma multa a ser arbitrada pelo MM. Juiz, além da obrigatoriedade de sua regularização;

e) condenar a parte requerida a não enviar à parte autora quaisquer cobranças indevidas, decorrentes dos fatos narrados na exordial, sob pena de, a cada cobrança indevida, incorrer em uma multa a ser arbitrada pelo MM Juiz, além da obrigatoriedade de cancelá-las. Caso a parte autora pague quaisquer valores indevidos no transcorrer da demanda seja ressarcida em dobro;

f) condenar a parte requerida a proceder ao desbloqueio da (s) linha (s) de nº (s) , no prazo que o juiz assinalar, sob pena de cominação de multa diária a ser arbitrada pelo MM Juiz;

g) condenar a parte requerida a proceder à ativação da (s) linha (s) de nº (s) , no prazo que o juiz assinalar, sob pena de cominação de multa diária a ser arbitrada pelo MM Juiz;

h) condenar a parte requerida a ativar o plano anterior da parte autora, nas mesmas condições e benefícios que fazia jus, sob pena de, a cada fatura gerada indevidamente, ser obrigada a retificá-la, além de incorrer em uma multa a ser arbitrada pelo MM. Juiz.

Provará o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Atribui-se à causa o valor de R\$.

/DF, .

ASSINATURA DA PARTE REQUERENTE